

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 SET/2007 A AGO/2008

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>731.472</b>	<b>134</b>	<b>731.606</b>
Pessoal Ativo	497.473	97	497.570
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)			0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	10.012	5	10.017
Demais Despesas com Pessoal Ativo	487.461	92	487.553
Pessoal Inativo e Pensionistas	233.999	37	234.036
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			0
<b>(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)</b>	<b>247.208</b>	<b>5</b>	<b>247.213</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0
Decorrentes de Decisão Judicial	10.012	5	10.017
Despesas de Exercícios Anteriores	8.371		8.371
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	228.825		228.825
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>484.264</b>	<b>129</b>	<b>484.393</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>			<b>445.106.323</b>
<b>% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100</b>	<b>0,108797%</b>	<b>0,000029%</b>	<b>0,108826%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</b>	<b>0,239136%</b>		<b>1.064.409</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)</b>	<b>0,227179%</b>		<b>1.011.189</b>

FONTE: SIAFI e SOF/SECOF/TRT 4ª REGIÃO

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) No total do item "Sentenças Judiciais com Precatório", estão computados R\$ 3.375 mil referentes a Precatórios da Administração Direta e R\$ 6.638 mil referentes a Sentenças de Pequeno Valor (SPV), cuja dotação pertence ao orçamento deste Órgão.

3) Em atendimento à determinação contida no Acórdão 346/2006 – TCU – Plenário e Manual do RGF – 7ª edição, no total das despesas com Pessoal Ativo, não foram somados R\$ 4.100 mil de Precatórios da Administração Indireta, cuja dotação não pertence ao orçamento deste Órgão.

JOÃO GHISLENI FILHO  
PRESIDENTE

SUSANA TERESINHA MILESKI  
ORDENADORA DE DESPESAS

FERNANDO SODRÉ  
DIRETOR DO SERVIÇO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

LUIZ ANTONIO DOS SANTOS PINTO  
DIRETOR SUBSTITUTO DA SECRETARIA DE AUDITORIA (CONTROLE INTERNO)